

## **A DINÂMICA DO CAMPO NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA: o município de Oiapoque-AP**

Eduardo Margarit<sup>1</sup>

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é compreender a dinâmica do campo no município de Oiapoque, pressupondo ser este um espaço heterogêneo, que compreende diversos povos, modos de vida e, conseqüentemente, formas de uso e ocupação do solo, compreendendo relações transfronteiriças, que configuram um território com diferentes formas de uso e normatização da terra. Para tanto, são apresentados resultados de pesquisas realizadas entre 2014 e 2016, que envolveram trabalho de campo, entrevistas, levantamento de dados secundários e bibliográficos. Como resultado, foi possível identificar que o município de Oiapoque está assistindo à intensificação da ocupação, valorização das terras e conflitos, em um contexto de extrema fragilidade em seus mecanismos de controle e fiscalização, resultando em perigo iminente aos povos tradicionais e recursos naturais ainda disponíveis.

**Palavras-chave:** Amapá; Infraestrutura; Território.

### **Introdução**

A fronteira franco-brasileira é representada por 730 quilômetros de extensão entre o Brasil e a Guiana Francesa, território ultramarino francês, cujas relações transfronteiriças se dão essencialmente através do município de Oiapoque, no extremo norte do estado do Amapá, na Amazônia brasileira.

O município de Oiapoque, consagrado no imaginário popular através da expressão “do Oiapoque ao Chuí”, destacando sua posição geográfica, é de fato pouco conhecido pela população brasileira e até mesmo pelos moradores de outros municípios do Amapá. O acesso a Oiapoque é feito unicamente pela BR-156, percorrendo 580 quilômetros da capital Macapá até a sede do município e entre Oiapoque e a cidade mais próxima são 220 quilômetros.

A rodovia BR-156 ainda não foi completamente pavimentada, impedindo o pleno tráfego de veículos e tornando-se intrafegável nos meses chuvosos. Desta forma, o município de Oiapoque se apresenta em situação de relativo isolamento, o que impediu até então o

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus Binacional de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá e aluno do Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Geografia da Universidade Federal de Goiás. E-mail: eduardo.margarit@unifap.br

desenvolvimento de atividades capitalistas no campo, mantendo a posse da terra sob a predominância dos povos tradicionais.

Entre os povos que habitam estas terras destacam-se em maior número indígenas, mas também há ribeirinhos e camponeses, estes últimos, em grande parte imigrantes, que se estabeleceram, principalmente, nos últimos trinta anos, nas terras devolutas do município, e buscam a regularização e o reconhecimento de seus territórios.

A questão central que norteou o debate proposto neste artigo é: como se dão as relações de posse e uso da terra no município de Oiapoque? Portanto, o objetivo deste artigo é compreender a dinâmica do campo no município de Oiapoque, pressupondo ser este um espaço heterogêneo, que compreende diversos povos, modos de vida e, conseqüentemente, formas de uso e ocupação do solo, compreendendo relações transfronteiriças, que configuram um território com diferentes formas de normatização da terra. Para tanto, são apresentados resultados de pesquisas realizadas entre 2014 e 2016, no âmbito da atuação docente no Campus Binacional de Oiapoque, da Universidade Federal do Amapá, que envolveram trabalhos de campo, entrevistas, levantamento de dados secundários e bibliográficos e a atuação em projetos de pesquisa e extensão, além de membro do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Extremo Norte do Amapá.

Como resultado, é apresentado de início um panorama do campo, da produção, do trabalho e da renda da terra no município de Oiapoque. Em seguida, houve a preocupação de delimitar conflitos e dificuldades de permanência da população no campo, assim como a luta dos povos tradicionais pelo reconhecimento de seus territórios. Por fim, são apresentadas as transformações recentes na dinâmica socioespacial do estado do Amapá através das grandes obras de infraestrutura, e o perigo que representam à permanência e manutenção dos modos de vida dos povos tradicionais no campo em Oiapoque.

### **Características do campo na fronteira franco-brasileira**

As terras que atualmente fazem parte do Estado do Amapá foram ocupadas por ingleses, holandeses e franceses no século XVII. A fixação portuguesa nestas terras no final do século XVII e a assinatura de um tratado com a França em 1713 garantiu a dominação da foz do Rio Amazonas aos portugueses, mas não impediu que a fronteira franco-brasileira

fosse alvo de contestação, solucionada definitivamente apenas no ano de 1900 (GRANGER, 2011).

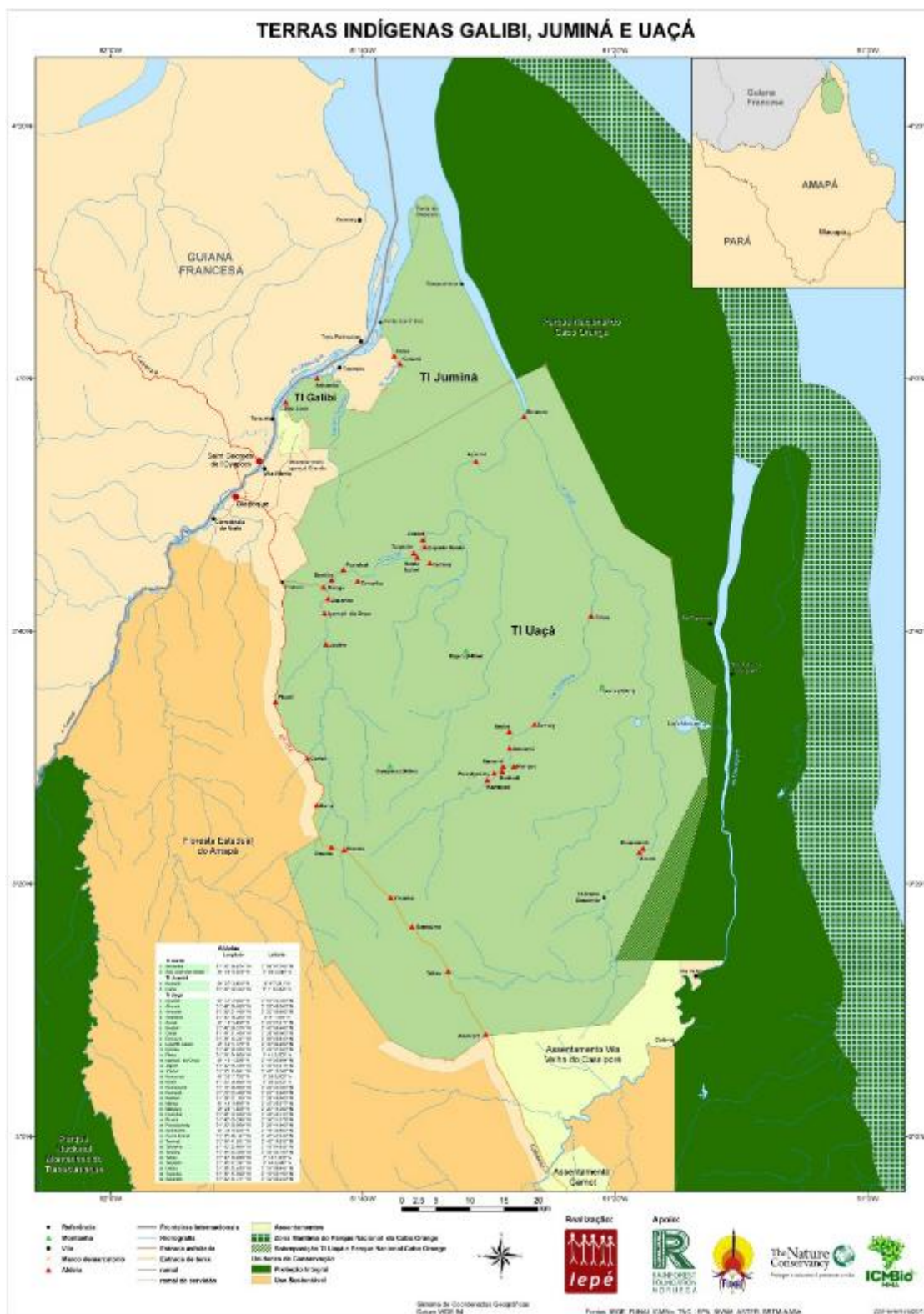
A importância geopolítica desta porção territorial do Brasil levou à criação em 1943 do Território Federal do Amapá, que em 1988 foi transformado em estado. Já o município de Oiapoque foi criado em 1945, justamente no contexto de necessidade de fortalecimento da presença do Estado na fronteira, agravada pela ocorrência da segunda guerra mundial. Entretanto, sem conexão rodoviária efetiva com o restante do estado do Amapá e com uma economia de base local pouco significativa, no município de Oiapoque a população não passou de pouco mais de cinco mil habitantes até a década de 1970.

Diante da antiga contenda com os franceses, como estratégia para reforçar a presença do Estado e garantir a posse de um território de baixíssima densidade demográfica, houve a criação de um mosaico de terras indígenas e unidades de conservação no Amapá e norte do Pará. O município de Oiapoque possui 22.625,286 km<sup>2</sup> de área territorial (IBGE, 2017). Dentro de seus limites estão parte do Parque Nacional do Cabo Orange, parte do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, a Terra Indígena Uaçá, a Terra Indígena Galibi, a Terra Indígena Juminã e a Floresta Estadual do Amapá. Somadas as unidades de conservação e terras indígenas representam 96,65% da área total do município (Rückert; Superti; Porto; Campos, 2015. p.31). Há ainda em Oiapoque o Projeto de Assentamento Igarapé Grande, o Projeto de Assentamento Vila Velha do Cassiporé e a área militar do 34º Batalhão de Infantaria de Selva.

Portanto, excetuando-se estas áreas já regulamentadas, restam as terras devolutas do Estado, em grande parte ocupadas por povos tradicionais, que buscam o reconhecimento de seus territórios e a regularização de suas terras. As terras devolutas foram ocupadas em sua maioria após a década de 1970, com a ascensão da economia do garimpo, que fomentou a migração proveniente de outros municípios do estado do Amapá e, principalmente, dos estados do Maranhão e Pará. Neste contexto muitos dos migrantes que vieram em busca do ouro acabaram por optar pela agricultura, após o insucesso no garimpo, já outros migraram diretamente em busca de terras, devido aos conflitos e dificuldade de permanência nas terras de seus estados de origem.

No Mapa 1 é apresentado grande parte da área territorial do município de Oiapoque e suas áreas protegidas, com ênfase nas terras indígenas, onde é possível ver as poucas terras

que não estão submetidas a algum tipo de normatização, sendo classificadas como terras devolutas, e ainda sob domínio da União, mas que são intensamente ocupadas.



**Mapa 1: Áreas protegidas com ênfase nas terras indígenas em Oiapoque**  
 Fonte: Iepé, 2010.



Com a criação de terras indígenas e unidades de conservação e a ocupação das terras devolutas do Estado por imigrantes o espaço agrário de Oiapoque se tornou um espaço heterogêneo, de múltiplas temporalidades, usos e normatizações, mas ainda sob a posse predominante de povos tradicionais. Tal diversidade é apontada como salutar ao desenvolvimento da sociedade, mas, frequentemente, os discursos que envolvem o desenvolvimento econômico do município apontam como empecilho a proteção da maior parte das terras.

Atualmente, com o declínio da atividade garimpeira, despontam como opções ao desenvolvimento econômico do município de Oiapoque a atividade turística e pesqueira. Quanto à agricultura, ainda há forte resistência à priorização de políticas públicas neste setor, principalmente pela ausência de regularização da posse das terras. Desta forma, os projetos acabam por beneficiar em grande parte apenas as terras já regulamentadas, principalmente os povos indígenas e em menor proporção os assentamentos, excluindo aqueles que estão em terras devolutas do Estado.

### **Produção, trabalho e renda**

O município de Oiapoque ainda possui uma produção de alimentos extremamente tímida diante do potencial que pode ser explorado. Os dados do IBGE de 2015 apontam como produtos da lavoura temporária abacaxi, arroz, feijão, mandioca e milho, com destaque para a produção de mandioca, com 29.232 toneladas em 2.150 hectares (IBGE, 2015), destinada principalmente a produção de farinha, predominante nos hábitos de alimentação regional e com constante valorização no mercado. Conforme esta mesma instituição, os produtos da lavoura permanente são a banana, laranja, mamão e maracujá, com destaque para a produção de banana, com 2.491 toneladas em 380 hectares (IBGE, 2015). Em trabalhos de campo também foi possível apurar a produção de abacate, cacau, café, coco, goiaba, limão, manga, pimenta, tangerina, urucum, entre outros não registrados pelo IBGE, aparentemente pela pequena quantidade e grande informalidade do mercado destes produtos.

A produção de hortifrutigranjeiros também é uma atividade agrícola significativa. A totalidade das verduras comercializadas em Oiapoque é produzida no próprio município. Já os ovos e carne de frango e porco comercializados na cidade são procedentes, em sua maioria, de

outros estados. A produção de origem animal registrada pelo IBGE no município de Oiapoque em 2015 foi de 4.000 dúzias de ovos de galinha e 32.000 litros de leite (IBGE, 2015). Entretanto, em trabalhos de campo foi possível apurar também a produção de mel de abelhas, para o autoconsumo e venda no mercado informal.

O rebanho é bem variado, conforme mostrado na tabela 1, com destaque para o rebanho bubalino, em grande parte para abate, comum em todo o estado do Amapá, principalmente em terras alagadas, onde este tipo de rebanho possui melhor rendimento. Em relação aos rebanhos também se estima números maiores do que os apurados pelo IBGE, principalmente de galináceos, presente junto às casas da maioria das famílias que vivem na zona rural, em geral, criados soltos, para o consumo de ovos e carne pela própria família e eventualmente para venda na cidade. Questões de hábitos alimentares regionais também tornam a criação de patos uma constante entre as famílias que vivem na área rural.

Bovino	Bubalino	Equino	Suíno – total	Suíno - matrizes	Caprino	Ovino	Galináceos – total	Galináceos – galinhas	Codornas
564	2.148	162	2.158	134	173	98	3.960	772	-

**Tabela 1: Efetivo dos rebanhos (cabeças) por tipo**

Fonte: IBGE, 2015.

O extrativismo vegetal tem se demonstrado como a atividade mais lucrativa no município de Oiapoque, devido a predominância de terras florestadas, com rendimento oficial de 3.977.000 de reais em 2015, sendo 81,8% em toras de madeira (IBGE, 2015). Entretanto, também se estima valores muito acima destes, por haver muita ilegalidade na extração de madeira, tanto para comercialização, quanto para o uso em aplicações dentro do próprio estabelecimento rural, onde as casas são em grande parte de madeira, assim como inúmeras construções para abrigo de animais, equipamentos e insumos, além de cercas, postes e contenções. Há também a extração em grandes volumes de lenha e produção de carvão, em grande parte, dos restos de derrubadas para o plantio de roças e extração de madeira. Outro produto expressivo do extrativismo vegetal é o açaí, amplamente consumido na alimentação regional rural e urbana, em constante valorização no mercado regional, mas com expressiva informalidade em sua extração e beneficiamento, tendo sido registrada a extração de 108 toneladas em 2015 (IBGE, 2015). Há ainda a extração de inúmeros frutos para alimentação, raízes, cascas e seivas para aplicações medicinais e fibras para cobertura de casas e artesanato, muitos destes também comercializados no mercado regional.

A principal barreira para o incremento da produção é a dinâmica de distribuição e comercialização. Muitos lotes não possuem ramal de acesso ou encontra-se em precariedade de circulação e não há uma política pública clara de auxílio ao transporte da produção, encarecendo-o. Não há também no município uma feira do produtor, que acaba por entregar sua produção a atravessadores e comerciantes, reduzindo as possibilidades de comercialização direta e, portanto, de renda plena.

Há ainda questões técnicas essenciais que vem dificultando o desenvolvimento da agricultura no município. A principal refere-se à falta de assistência técnica por parte do Estado. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não possui técnicos no município e a visita dos mesmos aos assentamentos são raras. Já o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap), apesar de possuir escritório no município, é relatado pelos agricultores como ineficiente em seus mecanismos de assistência técnica. A Embrapa, apesar de possuir uma infraestrutura robusta na capital do estado, não possui atuação significativa de pesquisa no município de Oiapoque. Tais condições têm permitido o agravamento da degradação dos solos, propagação de pragas e mau uso dos recursos hídricos e florestais.

Diante da dificuldade de geração de renda com a agricultura grande parte dos agricultores opta por trabalhar em atividades urbanas para fins de complementação de renda. Sem mudanças significativas nas políticas públicas voltadas para o setor agrícola no município de Oiapoque o trabalho urbano tem se tornado a principal fonte de renda da maioria das famílias, que mantém atividades agrícolas em segundo plano, como forma de produzir parte dos alimentos para o consumo próprio e/ou complementar a renda proveniente do trabalho urbano. O Censo Demográfico de 2010 aponta 6.657 pessoas residindo na zona rural, o que representa 32,46% da população total do município (IBGE, 2010), com destaque para os povos indígenas, que ultrapassam cinco mil pessoas. Além da população residente na zona rural, que pressupõe maior relação com a agricultura, há grande quantidade de pessoas residentes na zona urbana do município que possuem lotes na zona rural. Muitas famílias de agricultores optam por residir nas áreas urbanas devido ao melhor acesso a produtos e serviços, mas deslocam-se frequentemente para trabalhar em suas terras. São trabalhadores que alternam dias na cidade e dias no campo, seja por trabalhar também em atividades urbanas ou por necessidades de acesso dos filhos à escola e outros serviços disponíveis na cidade.

Muitas comunidades não possuem escolas ou postos de saúde e as que possuem tem sérios problemas infraestruturais e limitações no ensino. A inexistência de energia elétrica em grande parte dos estabelecimentos rurais também tem se revelado como fator limitante da produção e permanência no campo, cujo produtor necessita da energia para o beneficiamento e armazenamento de seus produtos, como, por exemplo, no setor fruticultor. As polpas de frutas comumente consumidas na cidade são provenientes em sua maioria de outros estados, já que as frutas produzidas no município, por falta de energia elétrica, não podem ser beneficiadas e armazenadas no estabelecimento do produtor. Portanto, a falta de eletrificação rural tem impedido o desenvolvimento da produção agrícola e a melhoria da qualidade de vida do agricultor.

### **A luta pela terra em Oiapoque**

A posse precária das terras devolutas do município por imigrantes, somada a falta de infraestrutura viária, dificultou o desenvolvimento do capitalismo no campo em Oiapoque, mantendo nele uma população composta essencialmente de povos tradicionais, de base extrativista, pouco expressiva economicamente para o município, mas de grande valor para a manutenção do ecossistema local e fornecimento de alimentos. Desta forma, a luta pela terra no município de Oiapoque não foi marcada como em outros estados do Brasil pela reivindicação de reforma agrária, ou ocorrência frequente de conflitos no campo. O isolamento do município impediu o desenvolvimento do agronegócio no campo e permitiu relativa tranquilidade na posse e uso da terra até então.

Apesar de não haver conflitos significativos, a luta pelo reconhecimento dos territórios de povos tradicionais em Oiapoque é tão antiga quanto o próprio município. Mas foi a partir da década de 1980 que se intensificaram as lutas pela terra, devido ao crescimento populacional ocasionado pela atividade do garimpo.

Um dos conflitos mais antigos refere-se à coexistência de civis em área militar do 34º Batalhão de Infantaria de Selva, no distrito de Clevelândia do Norte. Os civis que lá vivem relatam que a comunidade surgiu no início do século XX a partir de uma colônia agrícola, como de fato aponta Romani (2011), sendo tão antigo quanto o primeiro núcleo que deu origem a própria cidade de Oiapoque. Entretanto, os militares alegam ser aquela área militar antes da moradia de civis, mas em nenhum momento houve uma política de remoção e



indenização dos civis que lá residem, resultando em uma coexistência conflituosa. Os conflitos ocorrem principalmente pelas normas que uma área militar exige, e que acabam por submeter os civis que ali vivem a regras impostas pelos militares. Com isso, atividades agrícolas e comerciais são limitadas, construções e reformas de residências são dificultadas, bem como a venda das casas proibidas, ocasionando o abandono da comunidade por muitos moradores.

Os primeiros povos a terem seus territórios reconhecidos no município foram os indígenas. As terras indígenas Galibi, Uaçá e Juminã foram homologadas respectivamente em 1982, 1991 e 1992, assegurando a estes povos os seus territórios. Atualmente, a luta pela permanência na terra e manutenção do modo de vida dos povos indígenas de Oiapoque está centralizada na atuação de um conselho de caciques, que discute problemas e toma decisões em assembleias anuais.

Em 1980 houve a criação do Parque Nacional do Cabo Orange e em 2002 do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o que limitou a ocupação humana e atividades econômicas e gerou conflito com povos que já habitavam estas terras. Na área do Parque Nacional do Cabo Orange existia a comunidade do Taperebá, cujas famílias aos poucos foram abandonando a área devido às limitações impostas pela unidade de conservação. Ocorre ainda a sobreposição de parte do Parque Nacional do Cabo Orange e a Terra Indígena Uaçá, conforme ilustrado no Mapa 1. Já no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque a comunidade de Vila Brasil, existente anteriormente a criação da unidade de conservação, continua resistindo e tem lutado pelo reconhecimento de seu território, mas sofre com constante limitação de atividades impostas por fiscalização do Estado.

Em 2006 houve também a criação da Floresta Estadual do Amapá, que também provocou conflitos com povos que já ocupavam a área. Diversas famílias que ocupam terras ao longo do rio Pantanarri, dentro da área da floresta estadual, viveram a insegurança jurídica de sua ocupação, solucionada apenas em 2017, com o reconhecimento das posses através de carta de anuência do Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF), entretanto, com limitações de posse e uso da terra, por serem pertencentes a uma unidade de conservação. Tal fato ocasionou a judicialização da causa por algumas famílias, que desejam a desafetação da área que ocupam.

A criação de áreas protegidas no município de Oiapoque concomitante com a intensificação da ocupação das terras devolutas por imigrantes deu início a um processo de

luta pela regularização das terras. Serradourada (2014) aponta que a própria criação de assentamentos em Oiapoque não revela necessariamente uma política de reforma agrária, e sim uma estratégia de regulamentação de posses já existentes, pois foram criados a partir da demanda de famílias que já tinham sob sua posse as terras. Portanto, na tentativa de regulamentar a posse da terra e acessar recursos públicos os assentamentos Igarapé Grande e Vila Velha do Cassiporé foram criados, a partir de posses de terras já existentes, revelando uma peculiaridade na reforma agrária realizada no município de Oiapoque. Outras áreas ainda aguardam a regularização fundiária, que atualmente é executada pelo Governo do Estado do Amapá, através do Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (Imap), que possui escritório no município de Oiapoque. Entretanto, este órgão tem se revelado extremamente frágil em seus mecanismos de regulação e fiscalização, devido à escassez de recursos humanos e materiais para tal, resultando em lentidão na regularização das terras e, conseqüentemente, na propagação de conflitos.

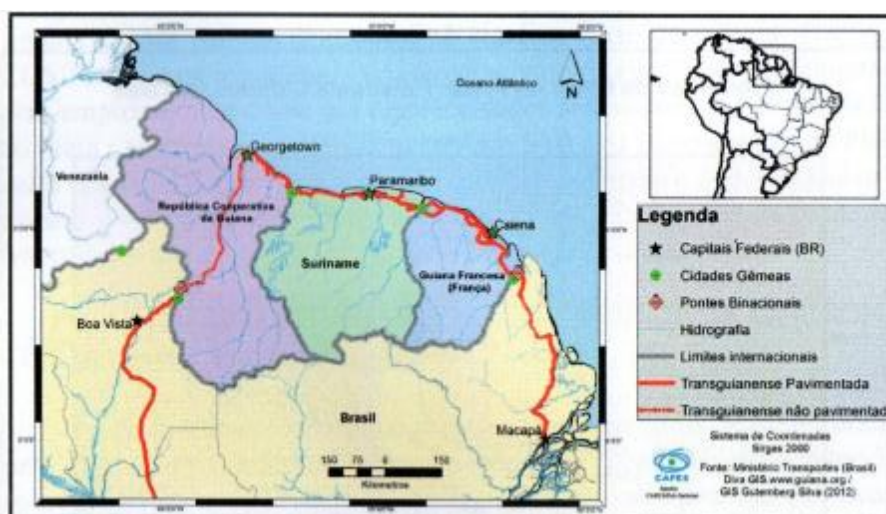
Em geral, os órgãos de regulação e fiscalização com escritório no município de Oiapoque se encontram em situação de fragilidade, revelando-se insuficientes em seus propósitos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (Imap) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap). São instituições que sofrem com escassez de recursos, com sucessivos cortes orçamentários e reestruturações para enxugar custos, revelando um sucateamento dessas estruturas. Portanto, há grande insegurança no processo de regularização das terras devolutas e controle das terras já regulamentadas, fiscalização ambiental e assessoria aos povos que vivem no município.

Neste contexto de fragilidade das instituições, os povos tradicionais de Oiapoque têm buscado se fortalecer através da criação de associações, que dão maior legitimidade e força às demandas destes povos. O principal instrumento de conexão entre as associações e o poder público tem sido o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Extremo Norte do Amapá, que reúne representantes de ambos os segmentos e delibera sobre políticas e recursos públicos destinados a zona rural do município.

### **Novos desafios à permanência na terra**

O desafio central para os povos tradicionais que vivem no município de Oiapoque é a melhoria da qualidade de vida, através da manutenção de seus modos de vida e incremento da renda proveniente da produção. Para os povos que ainda não possuem seus territórios regulamentados a prioridade é o reconhecimento do Estado através de seus mecanismos legais, seja pela emissão de título, criação de assentamentos, reservas extrativistas, ou qualquer instrumento que assegure a posse e permanência na terra, de acordo com as particularidades de cada grupo. Para os povos que já conseguiram o reconhecimento de seus territórios o desafio é a perpetuação de seus modos de vida frente às constantes ameaças externas, como invasão de terras, poluição dos recursos hídricos, retirada ilegal de madeira, queimadas, entre outros.

É neste contexto de fragilidade das instituições e a necessidade de manutenção do modo de vida dos povos tradicionais do município de Oiapoque que estão sendo executadas grandes obras de infraestrutura no estado do Amapá, agravando contextos. Foram construídas três novas hidrelétricas no Amapá, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que provocaram severos impactos ambientais em seu entorno. As hidrelétricas do Amapá operam interligadas com o sistema elétrico nacional, mas, contraditoriamente, não atendem o município de Oiapoque, devido à inexistência de linhas de transmissão para este, que continua sendo abastecido por energia elétrica produzida por termoeletrica. O asfaltamento da BR-156, também realizado no âmbito do PAC, possibilitou a incorporação das terras do Amapá ao agronegócio. Por fim, a Ponte Binacional, ligando o Amapá à Guiana Francesa, é alvo de grande expectativa para integração do Platô das Guianas, conforme pode ser visualizado no Mapa 2.



### **Mapa 2: Integração do Platô das Guianas**

**Fonte:** Silva (2012) In: (Rückert; Superti; Porto; Campos, 2015. p.20).

As grandes obras de infraestrutura no estado do Amapá tem se revelado como elemento de fomento a conflitos pela posse e uso da terra no estado. Silva (2014), a partir de dados da Comissão Pastoral da Terra, revela a existência de conflitos no campo no Amapá entre 2002 e 2011 concentrados em Macapá (86 casos) e em municípios ao longo da BR-156 como: Ferreira Gomes (62 casos), Tartarugalzinho (45 casos), Porto Grande (35 casos) e Calçoene (26 casos), enquanto no município de Oiapoque foi registrado apenas um caso no mesmo período. Esta diferenciação torna claro como o asfaltamento da BR-156 e a construção de hidrelétricas nestes municípios desencadearam conflitos.

No município de Oiapoque também está prevista a pavimentação da BR-156 e a construção de uma pequena central hidrelétrica. Por analogia ao ocorrido em outros municípios do estado, onde se verificou o surgimento de conflitos no campo e o agravamento dos conflitos já existentes, as grandes obras de infraestrutura em Oiapoque se apresentam da mesma forma como ameaça iminente aos povos tradicionais, através da valorização e intensificação da ocupação das terras.

A crescente produção de soja em outros municípios do Amapá, após a construção de um porto graneleiro na região metropolitana da capital, também poderá gerar conflitos em Oiapoque. A expectativa não se refere diretamente à produção de soja no município de Oiapoque, que não apresenta ainda condições técnicas para a produção destes grãos, mas sim ao fato de que o acirramento dos conflitos em outros municípios do estado, provocados pelo desenvolvimento do agronegócio, vem promovendo a imigração de famílias em busca terras para o município de Oiapoque.

### **Considerações finais**

O município de Oiapoque, diante do isolamento provocado pela precariedade da rodovia BR-156, mantinha uma relativa tranquilidade no processo de uso e ocupação da terra, realizado predominantemente por povos tradicionais. Entretanto, com a realização das grandes obras de infraestrutura no Amapá, o município de Oiapoque está assistindo à intensificação da ocupação, valorização das terras e conflitos, em um contexto de extrema

fragilidade em seus mecanismos de controle e fiscalização, resultando em perigo iminente aos povos tradicionais e recursos naturais ainda disponíveis.

Este contexto aqui apresentado revela a profusão de eventos associados ao desenvolvimento de grandes obras de infraestrutura, que visam conectar novas porções territoriais do estado do Amapá aos circuitos produtivos capitalistas. Portanto, trata-se de um cenário em que as já existentes problemáticas relacionadas à perpetuação do modo de vida dos povos tradicionais de Oiapoque podem ser agravadas por conflitos de toda ordem. Caberá aos órgãos públicos, apesar de sua fragilidade, estabelecer políticas de fortalecimento da economia agrícola familiar, que possa garantir o enfrentamento às dinâmicas expropriatórias que se reproduzem por todo o país e que deverão atingir também o município de Oiapoque.

A criação do Campus Binacional de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá em 2013 também vem se demonstrando como importante instrumento de valorização e empoderamento dos povos tradicionais do município. Os cursos de graduação, projetos de pesquisa e extensão da instituição frequentemente beneficiam os povos tradicionais e contribuem com a valorização de sua cultura e seus modos de vida, além de promoverem importantes espaços de diálogo e intervenção sobre problemáticas relacionadas a estes povos. Por fim, espera-se que a universidade em Oiapoque seja o foco de empoderamento de movimentos sociais de luta e resistência frente às desigualdades e conflitos inerentes ao desenvolvimento do capitalismo.

## Referências

GRANGER, Stéphane. Guiana Francesa entre França e Brasil: da colonização à continentalização. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; SOTTA, Eleneide Doff. **Reformatações fronteiriças no Platô das Guianas: (re)territorialidades de cooperações em construção**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2015**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.



IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2015**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Pecuária Municipal 2015**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. vol.6 no.3 Belém Set./Dez. 2011.

RÜCKERT, Aldomar A.; SUPERTI, Eliane; PORTO, Jadson L. R.; CAMPOS, Heleniza A. Transfronteirização na América do Sul: uma agenda de pesquisa sobre dinâmicas territoriais nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil. In: PONTES, Beatriz Maria Soares; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. (Orgs.) **Os desafios geopolíticos da América do Sul**. Natal: RB Gráfica e Editora, 2015. p. 17-35.

SERRADOURADA, Renata Nasser. **As fronteiras do assentamento Igarapé-Grande – Amapá-Brasil**. Dissertação. Brasília: UNB, 2014.

SILVA, Júnior Gomes da. Conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011: o mito da paz no campo e a violência institucionalizada. In: LOMBA, Roni Mayer. [et. all.] (orgs.) **Conflito, territorialidade e desenvolvimento**: algumas reflexões sobre o campo amapaense. Dourados: Ed. UFGD, 2014.